

# Atos contra reformas de Milei têm 2º dia de confrontos nas ruas

Manifestantes e policiais se chocam enquanto Congresso debate pacote de medidas liberais do governo argentino

Julia Harbon

**BUENOS AIRES** O segundo dia de protestos contra as reformas liberais de Javier Milei na Argentina teve novos confrontos entre policiais e manifestantes. Os agentes usaram balas de borracha, casacaletes, sprays de pimenta e motocicletas para evitar que o grupo bloqueasse as ruas ao redor do Congresso Nacional. É ali dentro que deputados discutem a chamada "lei ôni-bus" desde quarta-feira (31), em longas sessões que devem se estender pelo menos até esta sexta (2). Isso porque o plenário precisa votar o projeto em geral e depois discutir artigo por artigo para chegar ao texto final, que originalmente tinha 664 pontos e agora já

tem menos de 400.

O clima voltou a esquentar na tarde desta quinta (1º), quando organizações sociais e de esquerda, assim como pessoas sem ligação com nenhum grupo, ocuparam novamente a praça em frente ao Legislativo.

O tumulto começou com um pequeno confronto por volta das 18h. Uma fileira de policiais usou escudos contra pessoas que estavam em cima da calçada, mas a situação logo se estabilizou. Momentos depois, porém, um grande efetivo de agentes federais desembarcou em caminhões em frente ao edifício, que elevou a tensão.

Nos primeiros dias de seu mandato, em dezembro, Milei instituiu um novo protocolo com tolerância zero con-

tra o fechamento de vias por manifestantes, os chamados piquetes, criticados por parte da população. O protocolo inclui o uso de forças federais para romper o método de protesto utilizado por organizações sociais.

Os policiais então formaram fileiras na intenção de retirar manifestantes que bloqueavam uma das ruas na lateral da praça. Houve vários focos de confronto nas duas horas que se seguiram, e os manifestantes reagiram à ação policial com cabos de bandeiras e garrafas de água.

No primeiro dia de protestos, parte dos manifestantes que ocupavam a mesma praça em frente ao Congresso já haviam fechado pistas de avenidas próximas.

Um apoiador de Milei e um jornalista do canal LNP, do mesmo grupo do jornal La Nación, foram agredidos por dois manifestantes. O primeiro levou um soco, e o segundo, uma cuspiada, ambos registrados em vídeo.

Outras quatro mulheres foram detidas e liberadas na manhã desta quinta (1º). Em vídeos nas redes sociais, elas contaram que não se conheciam. Passamos na hora pressas por cantar o hino nacional pacificamente sentadas em frente ao Congresso,

disse a militante Ivanna Bunge.

Os agentes retiraram os gru-

pos das vias, mas aos poucos eles voltavam. Diante da resistência, um efetivo de moto passou a fazer movimentos circulares e a atirar com balas de borracha em direção ao chão, provocando correria. Um desses projéteis, já à noite, atingiu a câmera de um fotojornalista, que saiu caminhando ensanguentado.

Por volta das 21h, voltaram a acontecer confrontos depois que os manifestantes fecharam a avenida principal. A Polícia presenciou dois homens sendo detidos, carregados pelas pernas e pelos braços por agentes para dentro do edifício do Congresso.

Deputados da coalizão de oposição peronista, União pela Pátria, abandonaram a sessão e foram às ruas em meio à confusão. Por volta das 21h30, a situação se estabilizou, mas um grande grupo seguiu ocupando a praça com bandeiras e faixas contra a lei de Milei, enquanto policiais mantinham uma barreira em frente à Assembleia.

Grande parte da oposição na Câmara tem sinalizado que vai apoiar as reformas de maneira geral, mas discorda de pontos específicos. A concessão de poderes especiais ao presidente enquanto durar a situação de emergência no país e a privatização de cerca de 40 estatais são os pontos que geram mais divergências.

## Taiwan elege populista pró-China para liderar o Parlamento

SÃO PAULO O Parlamento de Taiwan elegeu para a sua liderança Han Kuo-yu, um membro do principal partido da oposição, o Kuomintang (KMT), nesta quinta (1º). A escolha representa uma derrota para o governo do presidente recém-eleito, Lai Ching-te.

Mesmo que Lai ainda tenha a prerrogativa de indicar o primeiro-ministro, o cargo de presidente do Parlamento do KMT Controla o efetivo da pauta legislativa pelos próximos quatro anos. A sigla defende um estreitamento de relações com a China, enquanto Lai já se definiu como um "trabalhador pragmático pela independência de Taiwan" — mesmo que, durante a campanha presidencial, tenha buscado amenizar a declaração, argumentando que a independência no contexto atual "se refere ao consenso de que Taiwan não faz parte da República Popular da China".

Além disso, como a sigla de Lai, o Partido Democrático Progressista (PDP), perdeu sua maioria legislativa no último pleito, obtendo 51 das 113 cadeiras, ele terá que negociar com a oposição — maioritariamente composta pelo KMT, que conquistou 12 assentos —, para fazer suas propostas avançarem.

O presidente do Parlamento tem uma atribuição importante, que é receber políticos estrangeiros que visitam Taiwan. Foi um evento do tipo, a viagem da então presidente da Câmara dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, a Taipei em 2022, que disparou a maior crise recente entre Taipei e Pequim — o regime chinês considera a ilha uma província rebelde e parte inalienável de seu território.

Para agravar a situação, o eleito para liderar o Parlamento foi alvo de ataques diretos de Lai durante a corrida presidencial. À época, ele disse que se Han fosse escolhido para comandar o Legislativo, lideraria uma comitiva de prefeitos de sua sigla em uma viagem ao continente para se reunir com autoridades do Partido Comunista Chinês.

O PDP também exibiu durante a campanha um anúncio televisivo em que acusava Han de ser a favor de uma reunificação de Taiwan com a China — algo que o KMT nega, descrevendo as acusações como "maliciosas e injustas".

Han chegou a concorrer à Presidência de Taiwan em 2022, mas perdeu por 18 pontos percentuais para a atual presidente, Tsai Ing-wen, escolhida de 57% dos eleitores.

A acusação de Lai de que Han pretende visitar a China na uma vez eleito líder do Parlamento tem certa base. Em 2019, antes de anunciar sua candidatura à Presidência, Han visitou o escritório do regime chinês em Hong Kong. Também esteve no continente naquele ano, encontrando-se com autoridades do Partido Comunista Chinês e reiterando seu compromisso com o princípio de "uma só China", que exige que países com relações diplomáticas com o gigante asiático não reconheçam Taiwan como um país independente.

Questionado sobre rumores da viagem, Han disse que Lai não precisa "se preocupar tanto". Não respondeu se planejava de fato visitar a Pequim.

Com Reuters



Manifestante em ato em Bance, na Tailândia, diante de cartaz de Aung San Suu Kyi, líder civil de Mianmar deposta em golpe há três anos. Chalane Thirapong/Reuters

## Três anos após golpe, milícias avançam e desmoralizam militares em Mianmar

**BANCE | AFP e REUTERS** A junta militar que controla Mianmar desde o golpe de Estado, há três anos, tem perdido territórios em meio a ações sincronizadas de diversos grupos armados do país que fizeram o Exército recuar de cidades e bases importantes próximas à fronteira com a China, no nordeste do país.

No final de outubro uma aliança de milícias étnicas e pró-democracia lançou a operação, que terminou com a tomada de mais de cem posições no estado de Shan, o maior do país, segundo análise do britânico Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS, em inglês). O sucesso da operação 127, como foi chamada a ação da aliança, provocou desconforto no interior da junta militar e descreções em massa nas Forças Armadas. Milhares de

soldados fugiram para Índia e China. Até mesmo críticas públicas incitadas foram feitas por simpatizantes conhecidos do Exército, cujo regime tem perseguido críticos e dissidentes e postergado eleições.

No dia 1º de fevereiro de 2023, o Exército prendeu a cúpula civil do governo, incluindo o líder do país, Aung San Suu Kyi, que está até hoje detida na prisão de Naypyitaw. Segundo seu filho, Suu Kyi, que tem 78 anos, está confinada em uma solidária.

Alíder político, que ganhou o Nobel da Paz em 1991, enfrenta 27 anos de prisão por acusações de traição estratégica (ISS, em inglês). O sucesso da operação 127, como foi chamada a ação da aliança, provocou desconforto no interior da junta militar e descreções em massa nas Forças Armadas. Milhares de



Mapa de Mianmar mostrando a localização de Shan, o maior estado do país, e a fronteira com a China, Índia e Tailândia.

Além disso, a junta decidiu prorrogar por mais seis meses o estado de emergência, em vigor desde o golpe e que vem sendo estendido periodicamente. Os militares argumentaram que "a situação não voltou ao normal",

A decisão adia novamente as eleições prometidas pelos militares desde que assumiram o poder. Mais de 4.400 pessoas morreram na repressão que se seguiu ao golpe, segundo organizações locais.

"A junta nunca esteve tão fraca", afirma Htwe Htwe Thein, da Universidade Curtin, da Austrália, que diz acreditar que agora é possível que o Exército sofra uma série de derrotas significativas.

No início de janeiro, a China, aliada da junta militar, mediou um cessar-fogo que pôs fim aos combates no estado de Shan, permitindo que milícias consolidassem novas posições.

Entre elas está a cidade fronteiriça de Laukkai, central para jogos de azar, prostituição e tráfico de drogas, a uma curta distância da fronteira chinesa. Os seis generais considerados responsáveis pela perda da cidade estão agora sujeitos à pena de morte.

Além dessa área, os confrontos continuam mais a oeste, no estado de Ile Hla, onde outro grupo armado afirmou

no último dia 25 ter tomado o porto de Padtaw e controlado várias posições perto da fronteira com a Índia.

De acordo com fontes militares que pediram anonimato à agência AFP, as Forças Armadas estão desmoralizadas, um fenômeno que é observado até mesmo na cúpula.

Analistas estimam, contudo, que é prematuro falar em queda do regime militar ou de mudanças em sua liderança. A rota das milícias, agrupadas na chamada Aliança da Fraternidade, não está muito clara. Também não se sabe se elas têm a intenção de ir além de suas ambições regionais e influenciar a luta pela democracia em nível nacional.

Há muito tempo, o terror, a violência extrema, as violações, a tortura, o saque e o incêndio de vilas foram parte da doutrina militar", diz David Matheson, especialista no país, à AFP. A junta militar "acredita que a persistência nas atrocidades e um grande poder de fogo garantirão a sobrevivência do regime", afirma ele.